



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica n.º 70018-62/2026

Regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pela IN SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, bem como pela Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Aviso, seus Anexos e Apêndices.

Objeto: Contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água dos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo situados na Capital, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Observação: Havendo divergência entre a descrição do(s) item(ns) e o código/descrição do CATMAT/CATSER, prevalecerá a especificação detalhada no Anexo I (Termo de Referência) deste instrumento de contratação.

Período de Recebimento de Propostas: 15/05/2026 a 19/05/2026

Data da sessão pública: 19/05/2026

Link de Acesso: www.gov.br/compras/pt-br

Horário da Fase dos Lances: das 08:01h às 14:01h

Processo SEI: 0012817-86.2024.6.26.8000	Preço Total Estimado: R\$ 52.539,64		
Critério de Julgamento: Menor preço global do grupo único	Quantidade de itens: 6 itens	Quantidade de grupos: grupo único	
Possui critério de sustentabilidade? (x) Sim () Não Qual? Item 4.1 e 4.1.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Aviso	Exclusiva ME/EPP? (x) Sim () Não	Apresentação de prova? () Sim (x) Não	Vistoria Prévia? () Obrigatória (x) Facultativa () Não se aplica
Documentos de habilitação:			
Documentação SICAF: Item 8.5.5.2 do Aviso	Documentação Complementar: Não se aplica		

Endereço da Seção de Elaboração de Editais e Contratos: Rua Francisca Miquelina, 123, Prédio Brigadeiro, 11º andar, sala 1101, Bela Vista, São Paulo CEP: 01316-900.

Retire o instrumento de contratação e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais <https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/dispensas-e-inexigibilidades-de-licitacao-contratacoes-diretas-autorizacao-aprovacao-de-despesa> e www.gov.br/compras/pt-br.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 70018-62/2026

Participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – MEs/EPPs

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos das disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, na IN SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, bem como pela Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 e demais legislações aplicáveis, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo menor preço global do grupo único, para contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água dos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo situados na Capital, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento**, conforme condições e especificações constantes das cláusulas abaixo, do Anexo I, seus respectivos Apêndices e Anexos II a VI, a seguir discriminados, os quais fazem parte integrante do presente Aviso:

Anexo I – Termo de Referência;

Apêndice A – Locais de Execução dos Serviços;

Apêndice B - Relatório de Execução dos Serviços;

Anexo II – Modelo de Proposta Definitiva de Preços;

Anexo III – Minuta de Contrato;

Anexo IV – Instrução Normativa TRE/SP n.º 01, de 31 de maio de 2019 – versão resumida;

Anexo V – Instruções complementares ao processo de cadastro de usuário externo no SEI;

Anexo VI – Declaração de Não Exploração de Trabalho Escravo;

Período de Recebimento de Propostas: 15/05/2026 a 19/05/2026

Data da sessão pública: 19/05/2026

Link de Acesso: www.gov.br/compras/pt-br

Horário da Fase dos Lances: das 08:01h às 14:01h

1 – DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 – O objeto consiste na contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água dos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo situados na Capital, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, em estrita conformidade com o estabelecido neste Aviso, seus Anexos e Apêndices.

1.2 – O(s) código(s) e descrição(ões) do "CATMAT/CATSER" constante(s) do Compras.gov.br podem eventualmente divergir da(s) descrição(ões) do(s) item(ns) a ser(em) contratado(s) quanto a especificações e outras características. Neste caso, havendo divergência(s) quanto ao(s) código(s) /descrição(ões) do CATMAT/CATSER, prevalecerão as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices deste Aviso.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 – O presente aviso é destinado, exclusivamente, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

2.1.1 – O presente aviso adotará os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

2.1.2 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento de dispensa, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.1.3 – Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em quaisquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e alterações posteriores.

2.1.4 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

2.2 - A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.3 - O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.4 - Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.5 - O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.6 – Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

2.6.1 - A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento de contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na contratação de serviço comum, não sendo apropriada a formação de consórcio para essa finalidade. Além disso, existem inúmeras empresas no mercado com condições de prestar o serviço de forma independente, sem a necessidade de formação de consórcio.

2.6.2 - Ressaltamos ainda que não há complexidade na contratação que torne restrito o universo de possíveis licitantes, também não há qualificação técnica que justifique a união de várias empresas para o cumprimento das exigências, restando claro que tal medida não representaria ampliação da competitividade que é um dos objetivos primordiais do regime legal das contratações públicas.

2.7 – Os fornecedores deverão se manifestar em campo próprio do sistema eletrônico sobre:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) o enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores;
- c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- d) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

e) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

f) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988.

2.7.1 - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.8 – Não poderão participar desta dispensa:

2.8.1 – empresas que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica seus anexos e apêndices;

2.8.2 – empresas que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta dispensa;

2.8.3 – empresas autoras do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3.1 - equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.8.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.8.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.7 – agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

2.8.7.1 - a vedação de que trata o item 2.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

2.8.8 – empresas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

2.8.9 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.9.1 – Para comprovação de atendimento ao regramento contido no item 2.8.9, o fornecedor deverá apresentar DECLARAÇÃO, conforme modelo constante do Anexo VI deste Aviso, manifestando, expressamente, que possui e que manterá durante toda vigência da contratação, as seguintes condições:

2.8.9.1.1 - não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18 de 13/9/2024.

2.8.9.1.2 - não ter sido condenada, a adjudicatária ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988 ; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro ; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho nos arts. nº 29 e 105.

2.8.9.2 - A DECLARAÇÃO deverá ser encaminhada pelo fornecedor juntamente com os documentos dispostos no item 5.4 e no prazo estabelecido na cláusula 6 deste Aviso.

2.8.9.3 – O fornecedor que não apresentar a declaração disposta no item 2.8.9.1 deste Aviso será considerado inapto a participar da dispensa, estando sujeito às sanções previstas neste Aviso.

2.8.10 – empresas em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.8.11 – empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.8.12 – empresas que possuam em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de deputado e/ou senador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 54 da Constituição Federal de 1988;

2.8.13 – empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) disponível no portal do Conselho Nacional de Justiça ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/CGU.

3 – DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 - O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 - O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s), e o(s) preço(s) unitário(s) e total(is) até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 - Todas as especificações do(s) serviço(s) contidas na proposta, em especial o(s) preço(s), vinculam a Contratada.

3.4 – os itens 1 a 6 comporão um GRUPO ÚNICO.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

3.5 – os lances serão efetuados pelo preço unitário de cada item que compõem o grupo único.

3.6 – o grupo de itens será adjudicado a uma única empresa;

3.7 – o fornecedor deverá, obrigatoriamente, apresentar proposta para todos os itens que compõem o grupo único.

3.8 – o sistema fará automaticamente a totalização do grupo, conforme valores totais cotados para os itens.

3.9 - O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitido(s) valor(es) simbólico(s), irrisório(s) ou igual(is) a zero, o que enseja a desclassificação.

3.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.11 – A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de acordo com os itens 4.10 a 4.15 do Anexo I (Termo de Referência) deste Aviso.

3.12 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I (Termo de Referência) deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de prestar o(s) serviço(s) nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.13 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações, que:

3.13.1 - está ciente do inteiro teor do ato convocatório, dos seus anexos e dos apêndices, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.13.2 - a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.13.3 – atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e neste instrumento convocatório;

3.13.4 - inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no procedimento de contratação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#);

3.13.6 – está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do aviso de dispensa;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

3.13.7 - não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988](#);

3.13.8 – não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho desumano ou degradante, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988](#);

3.13.9 – cumpre a exigência de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.14 - O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.15 - O fornecedor deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.16 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.16.1 - Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

3.16.2 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

3.16.3 - O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.16.4 - O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do procedimento de contratação e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4 – DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DO ENVIO DE LANCES

4.1 - A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

4.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 - Os lances deverão ser ofertados pelo **PREÇO UNITÁRIO POR ITEM** que compõe o grupo único.

4.2.1.1 - A cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o preço total de cada item e o preço global do grupo, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO**.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

4.3 - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o procedimento de contratação, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

4.5 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá corresponder a **1% (um por cento), limitado a duas casas decimais.**

4.6 - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7 - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8 - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.10 - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 - No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo aceitável pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao máximo aceitável pela Administração.

5.2.2 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo estar anexada aos autos do processo de contratação.

5.3 – **Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) que, após a etapa de negociação, mantiver(em) seu(s) preço(s) final(is) superior(es) ao(s) máximo(s) aceitável(is) pela Administração, estipulado no Anexo I (Termo de Referência) deste Aviso.**



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

5.4 - Estando o(s) preço(s) compatível(is), será solicitado o envio da **PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS** nos termos da cláusula 6 deste Aviso e conforme modelo contido no Anexo II (Modelo de Proposta Definitiva de Preços).

5.5 - Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no procedimento de contratação, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e nos itens 2.6 e 2.8 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Observação : A consulta aos dois cadastros – **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS)** e **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA)**, além do tradicional **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação no certame. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

5.5.1 - Após verificação das condições de participação na disputa eletrônica, o(a) Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições para a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), cujo registro de pendência impede a celebração do futuro convênio, acordo, ajuste ou contrato que envolva desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos, conforme art. 6º- A da Lei nº 10.522/2002 (atualizada pela Lei nº 14.973/24).

5.5.1.1 - Por ocasião da consulta ao CADIN, o(a) Agente de Contratação comunicará eventual registro de pendência e advertirá o fornecedor sobre o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da adjudicação do objeto e da homologação da dispensa eletrônica no sistema [compras.gov](https://compras.gov.br), para a regularização, sob pena de caracterizar a infração de retardamento da execução do objeto da dispensa eletrônica e o sujeitará à superveniente desclassificação e às penalidades previstas neste Aviso, sem prejuízo, ainda, da convocação dos demais fornecedores, na ordem de classificação.

5.5.1.1.1 - Durante a fase de julgamento e antes da declaração do vencedor, a desistência da proposta pelo fornecedor, exclusivamente sob a alegação de inviabilidade de regularização da pendência no CADIN no prazo estipulado neste Aviso, não constituirá infração administrativa.

5.5.1.2 - Incumbe ao fornecedor o ônus pelo acompanhamento da homologação da dispensa eletrônica no sistema [compras.gov](https://compras.gov.br), para os fins da contagem de prazo para a regularização.

5.5.1.3 - A pedido do fornecedor, o prazo de 5 (cinco) dias úteis acima poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, devidamente motivada na falta de prejuízo irreparável ou de difícil reparação pela dilação concedida para a regularização das pendências no cadastro.

5.5.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

5.5.3 - Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

5.5.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

5.5.3.2 – O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

5.5.3.3 – Constatada a existência de sanção, o(a) Agente da Contratação poderá inabilitar o fornecedor, por falta de condição de participação.

5.6 – Caso o fornecedor detentor da melhor oferta apresente quaisquer ocorrências abaixo citadas, a proposta será desclassificada e o(a) Agente da Contratação examinará a proposta subsequente, procedendo a sucessiva verificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Aviso:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não adequação da proposta e do preço às exigências deste Aviso;
- c) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso, seus Anexos e Apêndices;
- d) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação;
- e) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f) embora o critério de julgamento seja o menor preço global do grupo único, será realizada a verificação da exequibilidade dos preços de cada item que compõe o grupo, podendo ser desclassificada a proposta que contenha valores manifestamente inexequíveis, ainda que o somatório global esteja dentro do limite aceitável;

5.6.1 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7 - Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.8 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.9 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.

6 – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

6.1 – O fornecedor melhor classificado deverá enviar a Proposta Definitiva de Preços, elaborada nos moldes do Anexo II (Modelo de Proposta Definitiva de Preços) deste Aviso, **no prazo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Agente de Contratação no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula 12 deste Aviso.

6.1.1 – A Proposta Definitiva de Preços também poderá ser remetida por e-mail (pregoeiro@tre-sp.jus.br), nos casos de solicitação do Agente de Contratação, para fins de agilizar o envio da proposta ao TRE/SP, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

6.1.1.1 – Caso haja comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico Compras.gov.br, o fornecedor providenciará em momento posterior a ser informado pelo Agente de Contratação dentro da própria sessão pública, através da funcionalidade “Enviar anexo”, a inserção da documentação no Sistema Eletrônico para que assim fique à disposição dos demais fornecedores.

6.1.2 – Em cumprimento ao princípio da publicidade e da transparência, a inserção da Proposta Definitiva de Preços no Sistema **é obrigatória**, sob pena de desclassificação da proposta.

6.1.3 – O descumprimento das exigências contidas nos itens anteriores considerará o fornecedor como desistente da proposta, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula 12 deste Aviso.

6.2 – Na proposta deverão constar, obrigatoriamente, todas as informações requeridas no Anexo II (Modelo de Proposta Definitiva de Preços), a saber:

6.2.1 – PREÇO UNITÁRIO E TOTAL POR ITEM E PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO.

6.2.1.1 – O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e **conter somente duas casas decimais**, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, o que enseja a desclassificação;

6.2.2 – PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Máximo de dias úteis 10 (dez) dias úteis, contados da aprovação dos itens 3.7 e 3.8 do Anexo I (Termo de Referência);

6.2.3 – GARANTIA DOS SERVIÇOS: Mínimo de 6 (seis) meses, contados a partir da emissão, pela Fiscalização, do Termo de Recebimento Definitivo, nas condições estabelecidas nos itens 4.7 a 4.9 do Anexo I (Termo de Referência);

6.2.4 - Razão social da empresa, C.N.P.J., endereço completo, telefone e e-mail atualizados para contato e recebimento de Nota de Empenho, qualificação do representante legal que assinará o contrato e do preposto que representará a contratada durante a vigência do ajuste, instituição financeira, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do(a) representante legal da empresa responsável pela proposta.

6.2.4.1 – O endereço e C.N.P.J. informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

6.2.4.2 - O eventual faturamento por C.N.P.J distinto do indicado na proposta (filial), exigirá:

6.2.4.2.1 - A verificação da regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial da pessoa jurídica;

6.2.4.2.2 - Avaliação técnica acerca da repercussão tributária da alteração no âmbito do contrato administrativo, ressalvados:

a) a vedação de prejuízo ou qualquer ônus financeiro adicional à contratante;

b) a revisão contratual em favor da Administração, com redução proporcional do valor do contrato, caso a alteração implique diminuição dos custos previstos na proposta da contratada;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

c) a obrigatoriedade de vinculação do C.N.P.J. ao local definido ou área geográfica delimitada pelo termo de referência para o cumprimento da obrigação pelo estabelecimento da representante.

6.2.5 – PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data fixada para a sessão pública deste Aviso;

7 – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR À PROPOSTA

Não aplicável à presente contratação.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 – Os documentos previstos nesta cláusula, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do fornecedor de executar o objeto deste Aviso, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no que concerne à regularidade dos documentos exigidos neste Aviso e abrangidos pelo referido sistema.

8.2 – Será verificado se o fornecedor apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (item 3.13.3 deste Aviso).

8.3 – Será verificado se o fornecedor apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (item 3.13.5 deste Aviso)

8.4 – O fornecedor deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (item 3.13.2 deste Aviso).

8.5 – A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, bem como pela documentação complementar especificada neste instrumento convocatório.

8.5.1 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação**.

8.5.2 – É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações habilitatórias constantes do SICAF e aquelas não integrantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, **em conjunto com a apresentação da proposta**, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3 – O descumprimento do item 8.5.2 desta cláusula implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pelo(a) Agente de Contratação, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

do documento digital.

8.5.4.1 - Os documentos originais, quando solicitados, deverão ser entregues, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da solicitação do(a) Agente da Contratação, na Comissão de Contratações - CCT, localizada na Rua Francisca Miquelina, 123, Prédio Brigadeiro, 11º andar, sala 1102, mediante prévio agendamento direcionado ao e-mail cct@tre-sp.jus.br.

8.5.5 – Para a habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

8.5.5.1 – Habilitação Jurídica

8.5.5.1.1 – A pessoa jurídica participante do certame deverá comprovar sua existência mediante apresentação de seu Ato Constitutivo.

8.5.5.1.2 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.5.2 – Habilitação fiscal e trabalhista

8.5.5.2.1 – Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);

8.5.5.2.2 – CRF – Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

8.5.5.2.3 – Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT ou Certidão positiva de débitos trabalhistas com efeitos negativos emitida pela Justiça do Trabalho;

8.5.5.2.4 - Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal – ISS;

Observação 1: A validade da certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, com base no inciso XVI do art. 92 da Lei n.º 14.133/21, está condicionada àquela disponível no sítio www.tst.jus.br/certidao na FASE DE HABILITAÇÃO, que revela a atual situação do fornecedor, ou seja, caso haja mais de um documento válido, isto é, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prevalecerá a certidão mais recente sobre a mais antiga.

Observação 2: A certidão emitida pela Fazenda Pública Municipal deverá ser do estabelecimento que emitirá de fato a nota fiscal/fatura.

Observação 3: Eventual faturamento por C.N.P.J distinto do indicado na proposta (filial), exigirá a apresentação de documentação habilitatória apta a comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial do fornecedor.

8.5.5.3 – Qualificação Econômico-Financeira

8.5.5.3.1 - Certidão negativa de falência e recuperações judiciais e extrajudiciais, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.5.5.3.1.1 - No caso do fornecedor se encontrar em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento de contratação.

8.5.5.4 – Qualificação Técnica



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

8.5.5.4.1 - Inscrição municipal de contribuintes mobiliários (ficha de dados cadastrais), válida, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao respectivo ramo de atividade e compatível com o objeto deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica;

8.5.5.4.2 - Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ), em plena validade;

8.5.5.4.3 - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando que a empresa executou de forma satisfatória serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, com volume mínimo de 15m³ em espaço confinado de acordo com a NR 33, nos termos dos itens 7.6 a 7.6.3 do Anexo I (Termo de Referência) deste Aviso.

8.6 – A validade dos documentos habilitatórios deverá abranger a data de abertura do procedimento de contratação.

Observação 4: Caso o órgão emissor não declare a vigência dos documentos solicitados, esses serão considerados válidos pelo prazo de 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

8.7 – A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.

8.7.1 – O fornecedor deverá apresentar toda a documentação exigível nesta cláusula, mesmo que as relativas ao item 8.5.5.2 apresentem alguma restrição.

8.7.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o fornecedor for declarado vencedor do procedimento de contratação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.7.2.1 – O prazo de que trata o item 8.7.2 fica automaticamente prorrogado, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

8.8 – A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens 8.7.2 e 8.7.2.1, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12.4.1, 12.4.2, 12.6 e 12.7 deste Aviso ou sem prejuízo das sanções legalmente previstas, sendo facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato/aceite da Nota de Empenho, ou revogar a Dispensa.

8.9 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 – No julgamento da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

8.11 - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

8.12 – Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o Agente de Contratação habilitará e declarará vencedor o fornecedor correspondente.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Encerrada a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/21.

9.2 - A Administração, convocará a adjudicatária para, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, realizar o procedimento de credenciamento para usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI deste TRE/SP, conforme orientação contida nos artigos 15 e seguintes da Instrução Normativa TRE/SP n. 1/2019 (com suas respectivas atualizações), conforme Anexo IV deste Aviso, seguindo os passos constantes do Anexo V deste Aviso, e, posteriormente, em até 2 (dois) dias úteis, contados da liberação do acesso, assinar eletronicamente o instrumento de contrato, cuja minuta integra este Aviso (Anexo III).

9.2.1 – Os prazos estabelecidos no item 9.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.3 – A adjudicatária ficará obrigada a apresentar à Seção de Gestão de Contratos de Serviços Continuados e Obras (SEGCS) deste TRE os documentos necessários à elaboração do termo de contrato:

9.3.1 - estatuto ou contrato social;

9.3.2 - procuração particular ou pública, conforme o caso, em nome do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato;

9.3.3 - cópia do(s) documento(s) pessoal(is) do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato (C.P.F.).

Observação 1: Em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento, a Administração poderá exigir a apresentação dos documentos em cópia autenticada por cartório competente ou mediante apresentação de cópia simples acompanhada do original.

Observação 2: A formalização do contrato por meio diverso do Sistema Eletrônico de Informações do TRE/SP deverá ser justificada, por interesse da Administração ou da adjudicatária.

9.4 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela adjudicatária que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Aviso, seus Anexos e Apêndices.

9.5 – Em cumprimento ao constante da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e alterações posteriores, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

9.6 – Em cumprimento ao constante da Resolução n.º 156, de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da referida Resolução.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

9.7 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) deste Aviso.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa correrá à conta do orçamento ordinário, Programa de Trabalho 02122003320GP0035 – “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”, elemento de despesa 3390.39 - "Outros Serviços de Terceiros - P.J."

11 – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado conforme disposto na cláusula 6 do Anexo I (Termo de Referência) deste Aviso.

12 – DAS PENALIDADES

12.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento de contratação;

12.1.2 – salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 – não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 – recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 – pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 – apresentar proposta em desacordo com as especificações deste Aviso;

12.1.2.5 – não for providenciada a regularização da documentação, no prazo previsto nos itens 8.7.2 e 8.7.2.1 deste Aviso;

12.1.2.6 – não atendimento ao chamado do(a) Agente de Contratação durante a sessão pública do procedimento de contratação;

12.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para sua formalização, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido na cláusula 9 deste Aviso;

12.1.3.2 - não manter as condições de habilitação e qualificação de forma a inviabilizar a assinatura do contrato;

12.1.4 - ensejar o retardamento da execução do objeto do Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica sem motivo justificado;

12.1.5 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento de contratação ou prestar declaração falsa durante o procedimento de dispensa eletrônica;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

12.1.6 - fraudar o procedimento do Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica;

12.1.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1 – agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2 – induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.1.8 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste procedimento de contratação;

12.1.9 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores e/ou adjudicatárias e/ou contratadas as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 – multa;

12.2.2 – impedimento de licitar e contratar; e

12.2.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 – Será aplicada multa compensatória nas seguintes ocorrências:

12.4.1 – Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.2.1 a 12.1.2.6, 12.1.3, 12.1.3.1, 12.1.3.2 e 12.1.4, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave, a multa compensatória será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor total estimado da contratação.

12.4.2 – Quando o fornecedor cometer quaisquer das infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.2.1 a 12.1.2.6, 12.1.3, 12.1.3.1, 12.1.3.2 e 12.1.4 que justifiquem a necessidade da imposição de penalidade mais grave, a faixa percentual de multa compensatória a ser considerada para cálculo da penalidade será aquela constante do item 12.4.3.

12.4.3 - Para as infrações previstas nos itens 12.1.5 a 12.1.9 a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total estimado da contratação.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

12.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.2.1 a 12.1.2.6, 12.1.3, 12.1.3.1, 12.1.3.2 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.2.1 a 12.1.2.6, 12.1.3, 12.1.3.1, 12.1.3.2 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

12.8 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

12.9 – A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pela Comissão de Responsabilização, instituída pela Portaria TRE/SP nº 26/2023, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou a adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12 – O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13 – A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.14 - Após a assinatura do contrato, em caso de inadimplência, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas na cláusula décima primeira do referido documento (Anexo III deste Aviso).

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos fornecedores implicará a aceitação de todas as disposições do presente Aviso.

13.1.1 – Os fornecedores deverão observar, ainda, as disposições contidas na [Resolução TRE-SP nº 630/2023](#), que institui a Política de Integridade e Compliance das Contratações do TRE/SP, a [Portaria TRE-SP nº 214/2015](#), que institui o Código de Ética dos(as) servidores(as) do TRE-SP e a



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

[Portaria TRE-SP nº 118/2023](#), que dispõe sobre o Código de Conduta Ética dos(as) agentes públicos(as) que atuam na área de contratações do TRE-SP.

13.2 - O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

13.3 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

13.3.1 - republicar o presente Aviso com uma nova data;

13.3.2 - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

13.3.2.1 - no caso do item anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

13.3.3 - fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3.4 - As providências dos itens 13.3.1 e 13.3.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

13.4 - Assegura-se a este Tribunal o direito de promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando aos fornecedores prazos para atendimento;

13.5 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico, devendo manter-se conectado durante todas as etapas do procedimento de dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do procedimento de contratação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.7 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

13.8 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.9 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.10 – O(A) Agente de Contratação ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

13.10.1 – O(A) Agente de Contratação poderá, ainda, solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores deste Tribunal a fim de subsidiar sua decisão.

13.11 - Com fundamento na Resolução TRE/SP nº 630/2023, os fornecedores deverão:

13.11.1 - abster-se da prática de atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como se comprometer a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética dos(as) agentes públicos(as) que atuam na área de contratações do TRE-SP;

13.11.2 - observar o cumprimento da Resolução CNJ n. 7/2005, quanto à inexistência de situação caracterizadora de nepotismo.

13.12 - Durante o processo do Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, poderão ser realizadas diligências para aferição da idoneidade dos fornecedores, as quais deverão ser documentadas e reduzidas a termo.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Vânia Cristina Guarnieri

Chefe da Seção de Elaboração de Editais e Contratos



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água dos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo situados na Capital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - até 1,500m³.	13595	un	312	R\$ 85,00	R\$ 26.520,00
2	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 1,501 até 3,000m³.	13595	un	14	R\$ 143,37	R\$ 2.007,18
3	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 3,001 até 5,000m³.	13595	un	10	R\$ 177,60	R\$ 1.776,00
4	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 5,001 até 10,000m³.	13595	un	6	R\$ 290,19	R\$ 1.741,14
5	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 10,001 até 20,000m³.	13595	un	12	R\$ 654,63	R\$ 7.855,56
6	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 20,001 até 30,000m³.	13595	un	14	R\$ 902,84	R\$ 12.639,76
PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO						R\$ 52.539,64



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Observação: A quantidade atual de reservatórios é 184 (cento e oitenta e quatro) unidades, contudo, a necessidade de realização de lavagem ocorre a cada 6 meses. Portanto, o quantitativo estimado para atender esta exigência foi multiplicado por dois, perfazendo um total de 368 (trezentas e sessenta e oito) unidades.

- 1.2. O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitido(s) valor(es) simbólico(s), irrisório(s) ou igual(is) a zero, o que enseja a desclassificação.
- 1.3. Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do "Compras.gov.br" podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. **Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.**
- 1.4. A Fundamentação para o Parcelamento ou não do objeto da contratação encontra-se pormenorizada no item 9 dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 1.5. A contratação ocorrerá por Grupo Único.

Prazo de Vigência

- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado quando não concluído no prazo firmado, na forma do artigo 111 da mesma lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos itens 3 e 5 dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 8 dos Estudos Técnicos Preliminares.

Do escopo dos serviços

- 3.2. A limpeza da caixa d'água consiste na remoção mecânica das substâncias e outros objetos indevidamente presentes no reservatório. A higienização e desinfecção consiste na eliminação de microrganismos potencialmente patogênicos por meio de agentes químicos. Estes procedimentos são necessários para assegurar a potabilidade e qualidade da água armazenada para uso e consumo, em conformidade com os padrões de saúde determinados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde e



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

estabelecidos na legislação e normas técnicas vigentes, inclusive Decreto Federal nº 8.077 de 14/08/2013 e Normas Regulamentadoras (NRs) 6, 33 e 35.

3.3. A desinfecção do reservatório implica na manutenção da mesma qualidade da água que chega ao cavalete.

3.4. Periodicidade:

3.4.1. Os serviços estão previstos para serem realizados nos imóveis relacionados no Apêndice A, a cada 6 (seis) meses ou conforme solicitação e emissão de ordem de serviço pela Contratante, por intermédio da Fiscalização;

3.4.2. Poderão ser solicitados serviços emergenciais por ordem da Fiscalização do contrato.

Da responsabilidade técnica

3.5. Desde a participação do certame até o final da garantia do serviço, a Contratada deverá estar adequadamente regularizada e licenciada junto aos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização de saúde e ambiental, especialmente ANVISA, CETESB, SABESP, MINISTÉRIO DA SAÚDE e ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, devendo comprová-las sempre que solicitado.

Dos Procedimentos Iniciais da Execução dos Serviços

3.6. A Contratante encaminhará à Contratada a Nota de Empenho e a Ordem de Início de Serviços (OIS) autorizando o início da prestação dos serviços de limpeza e desinfecção.

3.7. A Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da OIS, deverá disponibilizar à Administração:

- a)** certificado de treinamento para as NRs 33 e 35;
- b)** nome e identificação dos colaboradores disponibilizados à execução dos serviços, bem como a ficha de EPIs;
- c)** comprovação do registro junto à Vigilância Sanitária e Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico (FISPQ) dos produtos saneantes a serem utilizados;
- d)** modelo de Certificado de garantia do serviço;
- e)** modelo da etiqueta que será anexada à caixa d'água após a respectiva higienização;
- f)** Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para as NRs 33 e 35 dos colaboradores que executarão os serviços;
- g)** O cronograma para lavagem e desinfecção dos imóveis relacionados no Apêndice A, contemplando duas lavagens anuais para cada caixa d'água, com um intervalo de 6 (seis) meses entre as lavagens de cada caixa.

Observação: Não aprovada a documentação acima, a Contratada terá um prazo de 2 (dois) dias úteis para regularizá-la.

3.8. A Contratada deverá proceder à vistoria *in loco*, no intuito de tomar conhecimento das reais condições das instalações. Se as condições estiverem favoráveis à execução



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

imediatamente dos serviços, deverá executar a limpeza e preencher o RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Apêndice B), caso contrário, preencher a DECLARAÇÃO DA NÃO EXECUÇÃO com as irregularidades detectadas e justificativa da causa impeditiva do imediato início do serviço.

- a. A DECLARAÇÃO DA NÃO EXECUÇÃO deverá ser preenchida pelo executor dos serviços em 3 (três) vias, sendo uma via do Chefe do Cartório, uma da Fiscalização e uma da própria Contratada.
 - b. A vistoria *in loco* deverá ser agendada e poderá ocorrer previamente ou na mesma data da limpeza, com o preenchimento do Relatório de Execução de Serviço ou a Declaração da Não Execução conforme o caso.
- 3.9. No caso de Não-conformidade, a Contratada deverá preencher, de imediato, a Declaração da Não Execução, indicando as causas da inviabilidade da execução do serviço, para as medidas corretivas cabíveis por parte da Contratante e oportuno prosseguimento do serviço.
- 3.10. Os prédios relacionados no cronograma que apresentarem não-conformidade, a limpeza poderá ser reagendada, após a Contratante tomar as medidas cabíveis para a resolução dos problemas apontados na Declaração da Não Execução.
- 3.11. Os serviços serão acompanhados pela Chefia do Cartório ou alguém por ela designado, e nos prédios Sedes e Anexos, pela Fiscalização e/ou colaborador designado pela Seção de Serviços e Reparos Cíveis.
 - 3.11.1. A Fiscalização e a Chefia do Cartório Eleitoral deverão acessar o Termo de Recebimento Provisório disponível no portal "Governança das Contratações" - intranet, para acompanhamento e atesto dos serviços;
 - 3.11.2. Concluídos os serviços, o registro de entrada de água deverá ser aberto para encher a(s) caixa(s) com o volume suficiente, com vistas à realização da vistoria final, a qual inclui testes de válvulas de descarga e torneiras. A vistoria será realizada pela Chefia do Cartório ou colaborador designado para essa finalidade, na presença do executor da limpeza;
- 3.12. Sendo satisfatória a execução dos serviços, a Unidade Cartorária enviará à Fiscalização, no prazo de 3 (três) dias úteis, o Termo de Recebimento Provisório, devidamente preenchido e assinado pela Chefia do Cartório;
- 3.13. Encontrada alguma divergência ou correção a ser feita, a Fiscalização comunicará à Contratada para que faça as devidas correções, as quais deverão ser realizadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ficando sobrestado, nesse interregno, qualquer prazo de recebimento dos serviços. Apenas após a devida regularização e perfeita execução dos serviços, constatados pela Chefia do Cartório, Fiscalização ou colaborador designado, será emitido o Termo de Recebimento Provisório.
- 3.14. A Fiscalização emitirá, mensalmente, um Termo de Recebimento Definitivo referente a quantidade de caixas d'água efetivamente higienizadas no mês, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.
 - 3.14.1. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido para os reservatórios que possuam os documentos:



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- a) Termo de Recebimento Provisório devidamente preenchido e assinado pela Chefia do Cartório ou pela Fiscalização;
- b) Certificado de garantia dos serviços, nos termos do subitem 4.7 deste Termo de Referência; e
- c) Relatório fotográfico da execução da limpeza enviado pela Contratada, nos termos do subitem 4.16.21 deste Termo de Referência.

Da Execução do Serviços

- 3.15. Observado o disposto no subitem 3.4, o serviço será executado em conformidade com o cronograma, mediante as devidas comunicações e instruções entre Fiscalização e Contratada.

Observação: Novas solicitações de limpeza e higienização das caixas poderão ser feitas no período de garantia se forem identificadas imperfeições na execução. Nesses casos, a contratada será responsável pelo refazimento dos serviços, sem custo adicional à contratante.

- 3.15.1. Os procedimentos para execução dos serviços deverão obedecer as orientações disponíveis no site: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/orientacoes_para_desinfeccao_caixa_de_agua_e_poco_1296855386.pdf.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alíneas 'd' e 'e' da Lei nº 14.133/21)

Sustentabilidade

4.1. Sustentabilidade social:

- 4.1.1. Conformidade legal (Normas Regulamentadoras - NR): garantir que todos os colaboradores estejam devidamente treinados e certificados, especialmente nas normas de segurança para trabalho em espaço confinado (NR-33) e trabalho em altura (NR-35), essenciais para a limpeza de reservatórios, nos termos do subitem 3.7 deste Termo de Referência.

Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.2. Não haverá a indicação de marca(s) de referência.

Da exigência de amostra

- 4.3. Não haverá a exigência de apresentação de amostra.

Da exigência de prova

- 4.4. Não haverá a exigência de apresentação de prova.

Subcontratação



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, de acordo com a(s) justificativa(s) contida(s) no subitem 8.5 do Estudo Técnico Preliminar.

Garantia da contratação

- 4.6. Não será exigida garantia na presente contratação.

Da Garantia do serviço

- 4.7. Para o serviço realizado em cada imóvel, a Contratada deverá emitir, em até 3 (três) dias úteis do término da limpeza, certificado de garantia de no mínimo 06 (seis) meses.
- 4.8. O prazo da garantia será contado a partir da emissão, pela Fiscalização, do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.9. Durante o período de garantia, constatada a necessidade de revisão ou danos causados durante as atividades de limpeza, higienização e desinfecção e não sendo evidenciados incidentes ou mau uso, a Contratada será notificada e, no prazo de 3 (três) dias úteis da notificação, deverá providenciar a regularização, sem qualquer ônus à contratante.

Vistoria Facultativa

- 4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 4.11. A vistoria facultativa poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, no local da execução dos serviços, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento com a Seção de Serviços e Reparos Cíveis, pelo telefone (11) 3130-2210/2220 ou através do e-mail seserc@tre-sp.jus.br
- 4.11.1. Não será admitida a realização de vistorias sem o prévio agendamento.
- 4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.13. A visita técnica facultativa poderá ocorrer até a véspera da data da sessão de abertura do certame.
- 4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Condições de execução

- 4.16. **A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 4.16.1.** Deverão ser usadas luvas de borracha, máscaras, óculos de proteção, vestimentas e calçados limpos, equipamentos de proteção individual e outros equipamentos de segurança.
- 4.16.2.** É necessário que os reservatórios estejam com o nível de água baixo (cerca de um palmo) o suficiente para a realização do serviço, com o objetivo de evitar o desperdício de água das edificações do TRE-SP. Antes do início do esvaziamento da caixa, deverão ser tampadas as saídas da tubulação de limpeza e da rede predial de distribuição.
- 4.16.3.** Fechar o registro no cavalete ou amarrar a boia, impedindo a entrada de água e manter fechada a tubulação de saída de água.
- 4.16.4.** Não deixar fluir, em nenhuma hipótese, água suja pela tubulação de água limpa.
- 4.16.5.** Esvaziar a caixa d'água.
- 4.16.6.** O esgotamento da caixa d'água deverá ser feito pela tubulação própria de limpeza, caso essa não esteja instalada ou esteja impossibilitada de utilização, a caixa deverá ser esgotada preferencialmente com bomba submersível, prevendo-se o despejo da água na tubulação de águas pluviais.
- 4.16.7.** Lavar cuidadosamente as paredes e fundos do interior do reservatório com água corrente, escova de fibra vegetal ou de fios plásticos macios, eliminando toda a sujeidade.
- 4.16.8.** Não usar escovas de aço ou abrasivas, sabões, detergentes ou outros produtos.
- 4.16.9.** Havendo necessidade, realizar lavagens adicionais com água potável.
- 4.16.10.** Retirar a água da lavagem e a sujeira que restou no fundo da caixa com pá de plástico, baldes e panos, deixando a caixa d'água bem limpa. Utilizar ainda panos limpos para secar apenas o fundo da caixa, evitando que se prendam fiapos nas paredes.
- 4.16.11.** Encher o reservatório até 1/5 da capacidade total, adicionar à solução de hipoclorito de sódio a 2,5%, com o quantitativo proporcional à capacidade do reservatório (1 litro de hipoclorito a 2,5% para cada 1000 litros de água), mantendo-a em ação por 2 (duas) horas. Com uma brocha, balde, caneca plástica ou outro equipamento, molhar por inteiro as paredes internas com essa solução, repetindo a operação a cada 30 minutos ou de modo a não secar as paredes.
- 4.16.12.** Esvaziar a caixa d'água pela saída de água, abrindo descargas e torneiras, a fim de proporcionar a ação de desinfecção também na rede hidráulica.
- 4.16.13.** Lavar e desinfetar a tampa da caixa d'água;
- 4.16.14.** Tampar adequadamente a caixa, tão logo seja concluída a etapa de limpeza para que não entrem pequenos animais, insetos ou qualquer tipo de sujeidade;
- 4.16.15.** Após a execução do serviço, encher novamente o reservatório, constatando que o registro de entrada e/ou a boia estão abertos;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 4.16.16.** Colar etiqueta autoadesiva, resistente a intempéries e indelével, no lado externo da caixa d'água, constando a data da desinfecção e o nome da empresa que a executou;
- 4.16.17.** Aguardar encher a(s) caixa(s) até o volume necessário para testar todas as torneiras, descargas e respectiva rede hidráulica, sanando quaisquer vazamentos e problemas constatados, imediatamente após o serviço;
- 4.16.18.** Poderá ser constatada irregularidade nas válvulas de descarga decorrente de sujidade por inobservância dos subitens 4.16.5 a 4.16.13, hipótese em que a Contratada deverá proceder à imediata correção, inclusive substituição de peças, se for o caso, e reagendar nova limpeza, arcando com as despesas pertinentes;
- 4.16.19.** A Contratada deverá proceder a todas as correções, cuidados necessários e substituição de peças, inclusive telhas, tampas de caixa e outros itens pertinentes, para regularizar eventuais danos decorrentes da limpeza de caixa d'água, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a execução da limpeza, sem quaisquer ônus para a Contratante;
- 4.16.20.** Será de responsabilidade da Contratada o transporte vertical necessário à execução dos serviços, inclusive a utilização de escadas de extensão;
- 4.16.21.** **Cada etapa do procedimento deverá ser devidamente fotografada.** As fotos deverão ser organizadas em forma de relatório e enviadas à Fiscalização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 4.17.** Início da execução do objeto: 10 (dez) dias úteis, contados da aprovação escrita da documentação contida no item 3.7. ;

Local e horário da prestação dos serviços

- 4.18.** A Contratada deverá executar os serviços, nos imóveis relacionados no Apêndice A, mediante agendamento a ser realizado pela própria contratada com os cartórios e comunicado concomitantemente à fiscalização/contratante, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 4.19.** Quando do agendamento, a Contratada deverá solicitar à unidade que feche o registro de água com antecedência necessária, conforme o volume de água da caixa, a fim de evitar desperdícios no momento da execução do serviço.
- 4.20.** Os serviços serão prestados entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira, com a ciência e concordância de ambas as partes.

Materiais a serem disponibilizados

- 4.21.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

Uniformes

- 4.22.** Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 4.23.** Os funcionários devem estar devidamente identificados durante toda a permanência nas dependências do TRE-SP.

Manutenção e assistência Técnica

- 4.24.** Não serão necessários procedimentos de manutenção e assistência técnica.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 4.25.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

- 5.1.** O ajuste contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.3.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.4.** Após a assinatura do contrato ou recebimento do instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 5.5.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 5.5.1.** O preposto deverá ser indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II).
- 5.5.2.** Nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta definitiva de Preços, um novo preposto deverá ser indicado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando-se sua qualificação por meio de mensagem eletrônica destinada ao endereço de e-mail: seserc@tre-sp.jus.br.
- 5.6.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 5.7.** A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Fiscalização Técnica

- 5.8. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste contratual, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.9. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do ajuste contratual todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do ajuste contratual, determinando prazo para a correção.
- 5.11. O fiscal técnico informará ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 5.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do ajuste contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao setor competente.
- 5.13. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (Instrução Normativa nº 05, de 2017 - art. 47, §2º).
- 5.14. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.15. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao setor competente.

5.16. Obrigações da Contratada

- 5.16.1. Prestar os serviços obedecendo todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, inclusive as normas ambientais e as de segurança do TRE-SP e o estabelecido no subitem 3.2. deste Termo de Referência, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 5.16.2. Manter-se, durante todo o período de vigência do contrato e até o final da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, incluídas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, bem como todas as condições dispostas no subitem 3.10 deste Termo de Referência, comprovando-as a qualquer tempo, sempre que solicitado pela Contratante;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 5.16.3.** Permanecer, com seu Responsável Técnico, devidamente credenciado na entidade profissional competente durante a execução dos serviços e os períodos de garantia;
- 5.16.4.** Executar fielmente os serviços na mais perfeita conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, comunicando imediatamente a Contratante, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, em qualquer tempo até o final da garantia dos serviços, sem prejuízo de imediata comunicação verbal, caso a situação exija pronta diligência por parte da Contratante;
- 5.16.5.** Prestar todos os esclarecimentos a respeito dos serviços à Contratante, devendo atender prontamente a todas as reclamações e sugestões, obedecidas as condições do Aviso;
- 5.16.6.** Disponibilizar todos os equipamentos, EPIs, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas à perfeita execução do serviço, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes, especialmente bombas de sucção manuais e elétricas, cabos de extensão, escadas de extensão, baldes e pás de plástico, panos limpos, brochas, escovas de cerdas plásticas ou naturais, além de outros que se fizerem necessários e adequados;
- 5.16.7.** Fornecer e responsabilizar-se pelo transporte de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços;
- 5.16.8.** Responsabilizar-se pela reposição imediata de telhas, tampas das caixas d'água que forem quebradas e/ou danificadas, pela reposição imediata de válvulas ou reparos de descargas eventualmente danificados em decorrência da execução dos serviços e por todos os danos decorrentes da sujeira por inobservância ao disposto neste Instrumento, quando da execução do serviço;
- 5.16.9.** Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, dentro dos prazos de garantia, os serviços não realizados a contento;
- 5.16.10.** Durante a vigência do contrato e até o término da garantia, é imprescindível manter atualizados todos os meios de contato, incluindo endereço, telefone, e-mails e outras formas de comunicação. Além disso, é necessário designar um preposto com autoridade para representar a empresa junto à Contratante, solucionando eventuais pendências relacionadas à execução do contrato;
- 5.16.11.** Indicar novo preposto, informando sua qualificação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços, formalmente, por correspondência eletrônica endereçada à Contratante;
- 5.16.12.** Colocar à disposição da Contratante profissionais capacitados, rigorosamente selecionados e preparados, os quais deverão apresentar-se ao trabalho, uniformizados, identificados por crachás e munidos de todo material e EPIs necessários à execução dos serviços;
- 5.16.13.** Apresentar à Contratante relação nominal e respectivo documento de identificação dos executantes do serviço com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para o início da execução do serviço, com vista à autorização para adentrar nas dependências do TRE-SP e Unidades



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Cartorárias, devendo os profissionais, na(s) data(s) de realização dos serviços, apresentarem-se munidos de documento de identificação;

- 5.16.14.** Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos empregados, devendo cobrir as faltas para que não haja prejuízo no serviço a ser prestado, sem ônus adicional para a Contratante;
- 5.16.15.** Observar o uso obrigatório, pelos colaboradores da empresa, de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e, quando necessários, Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), durante a execução dos serviços;
- 5.16.16.** Manter limpos, caso efetivamente utilizados, os vestiários e as instalações sanitárias, disponibilizados pela Contratante para uso dos profissionais em serviço;
- 5.16.17.** Executar os serviços com seus próprios colaboradores, mantendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, sendo vedada a subcontratação;
- 5.16.18.** Manter disciplina nos locais de prestação dos serviços, retirando imediatamente após notificação e por motivo devidamente justificado, qualquer profissional considerado inadequado para a execução do serviço contratado;
- 5.16.19.** Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração aos profissionais encarregados do trabalho, bem como pelo seu transporte e alimentação, e por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e/ou comerciais, resultantes da execução do ajuste, conforme exigência legal;
- 5.16.20.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais, acidentados ou com mal súbito.
- 5.16.21.** Arcar, após regular apuração, com as despesas para a restauração, substituição ou indenização, nos casos de:
 - a) danos materiais que venham a ocorrer nos equipamentos, instalações, prédios e veículos de servidores ou de terceiros, em razão da execução dos serviços;
 - b) danos que venham a ser causados por profissional a seu serviço na execução do ajuste contratual por negligência, imperícia, imprudência ou dolo;
 - c) danos pessoais causados diretamente por seus profissionais, no local de execução dos serviços, aos servidores do TRE-SP ou a terceiros;
 - d) acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais.
- 5.16.22.** Realizar o acondicionamento adequado e a destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos bem como das embalagens dos produtos químicos utilizados.
- 5.16.23.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme Art. 125 da Lei nº 14.133.

5.17. Obrigações da Contratante



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 5.17.1. Encaminhar, via correspondência eletrônica, a aprovação do cronograma, bem como as Ordens de Serviço (OS) correspondentes.
- 5.17.2. Emitir Nota de Empenho no valor total correspondente aos serviços solicitados em cada OS.
- 5.17.3. Emitir as Ordens de Serviço (OS), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.
- 5.17.4. Fiscalizar a correta execução dos serviços previstos em contrato e atestá-los.
- 5.17.5. Propiciar condições adequadas para a execução dos serviços objeto do ajuste.
- 5.17.6. Notificar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do ajuste para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sem ônus para a Contratante.
- 5.17.7. Rejeitar qualquer serviço em desacordo com as especificações constantes no contrato.
- 5.17.8. Solicitar que sejam refeitos os serviços que não atenderem às especificações constantes no contrato.
- 5.17.9. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio da Fiscalização, designada pela Administração.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 6.1.1. não produzir os resultados acordados;
 - 6.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 6.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- 6.2. O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, mediante termos detalhados, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 6.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 6.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal**



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

"Governança das Contratações" - página da intranet) ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

- 6.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 6.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 6.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, concomitantemente com o prazo fixado para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**
- 6.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.10. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 6.12. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, de acordo com a nota de empenho e do termo de contrato, este último quando presente na formalização do ajuste, para comprovação do respectivo crédito.
- 6.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.
- 6.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 6.15.1. a data da emissão;
 - 6.15.2. os dados do contrato e da Contratante;
 - 6.15.3. o valor a pagar; e



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

6.15.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 6.16.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 6.17.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, alternativamente, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, naquilo que for pertinente à contratação.
- 6.18.** Eventuais irregularidades fiscais e/ou registros de impedimento de contratar e licitar e/ou perda da manutenção das condições de habilitação verificadas por ocasião das consultas acima deverão ser registradas no processo, sem prejuízo da tramitação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para pagamento.

Prazo de pagamento

- 6.19.** O pagamento será efetuado, mensalmente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, reduzindo-se à metade nos casos de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.20.** No caso de atraso provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde: I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

- 6.21.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em instituição financeira, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 6.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.23.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 6.24. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), e alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA de licitação, na modalidade ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO.

Regime de Execução

- 7.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço UNITÁRIO, conforme inciso XXVIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021].

Exigências de habilitação

- 7.3. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, as exigências e demais condições, quando forem necessárias, estarão estabelecidas no Aviso.
- 7.4. Caso admitida a participação de cooperativas, a documentação complementar exigida estará estabelecida no Aviso.

Qualificação Técnica

- 7.5. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ), em plena validade;
- 7.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, comprovando que a empresa executou de forma satisfatória serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, com volume mínimo de 15m³ em espaço confinado de acordo com a NR 33.

Nota explicativa: Os 15m³ mencionados equivalem a 50% do reservatório de maior capacidade deste Tribunal, de acordo com o art. 67, II, § 2º da Lei 14.133/2021.

- 7.6.1. Não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- 7.6.1.1. A exigência de atestado, em limpeza de caixas d'água com volume mínimo de 15m³ (50% do maior item) visa cumprir o Art. 67, II, § 2º da Lei 14.133/2021,



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

garantindo que a contratada possua capacidade operacional para gerir os riscos inerentes à NR 33 em volumes de grande escala.

7.6.1.2. Quanto à vedação do somatório de atestados executados de forma concomitante, justifica-se pela natureza do serviço, que muda completamente quando a escala aumenta, tornando-se mais complexa e não havendo linearidade. A execução simultânea de serviços menores não equivale, tecnicamente, à execução de um serviço de maior porte em espaço confinado, que exige logística de segurança, monitoramento atmosférico e plano de resgate específicos para ambientes de maior profundidade e volume, condições estas que não se replicam no somatório de unidades menores.

7.6.1.3. Limpar 15 caixas de 1.000 litros é uma tarefa logística. Limpar uma única caixa de 15.000 litros (15m³) é uma tarefa de engenharia de segurança.

7.6.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.6.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/21)

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 52.539,64 (cinquenta dois, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela da cláusula 1.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A dotação orçamentária encontra-se consignada no Aviso.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

APÊNDICE A

LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

	UNIDADE/PRÉDIO	Endereço	Volume em m³																	
			0,25	0,3	0,5	0,8	1,0	2,0	2,8	3,0	4,0	5,0	5,5	6,0	10,0	15,0	18,0	22,5	25,0	30,0
SECRETARIA	Sede I	Rua Francisca Miquelina, 123																	2	2
	Sede I	Brigadeiro - Rua Francisca Miquelina, 123														2	2			
	Sede II	Rua Dr Falcão Filho, 121														2		2		
	Sede III	Rua José Bonifácio, 380 e Rua Líbero Badaró, 73/77						2				1								
	Anexo I	Rua Francisca Miquelina, 123					1													
	Anexo II - Nothmann	Alameda Nothmann, 1146									2									
	Anexo II - Almoxarifado	Rua Julio Marcondes Salgado, 46					3													
	Anexo III	Rua Francisca Miquelina, 135	1						1											
	Anexo IV - Arquivo	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 289					1													
	Anexo V	Rua Francisca Miquelina, 101												1					1	
CARTÓRIOS	1ª ZE - BELA VISTA	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 453					1			1										
	2ª ZE - PERDIZES	Rua Doutor Costa Junior, 509					3													
	3ª ZE - SANTA IFIGÊNIA	Rua ANTONIO CORUJA, 99/109					2													
	4ª ZE - MOÓCA	Rua Madre de Deus, 427			1								1							
	5ª e 258ª ZE - JARDIM PAULISTA e INDIANÓPOLIS	Rua Clodomiro Amazonas, 41	2		2															
	6ª ZE - VILA MARIANA	Rua Loefgreen, 2007			2															
	20ª ZE - VALO VELHO	Av. Ellis Maas, 875 - 877					2													
	246ª ZE - SANTO AMARO	Rua Tenente Cel. Carlos da S. Araújo, 355			2															
	247ª e 398ª ZE - SÃO MIGUEL PAULISTA	Rua Cel. Manuel F. de Souza, 134 - A			2		1													



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

248ª ZE - ITAQUERA	Rua Paulo Lopes Leão, 166			1		1													
249ª ZE - SANTANA	Av. Leôncio de Magalhães, 357 - 363			4															
250ª ZE - LAPA	Rua Coriolano, 1978					2													
251ª ZE - PINHEIROS	Rua Ferreira de Araújo, 538			1		2													
252ª ZE - PENHA DE FRANÇA	Rua Jorge Augusto, 258												1						
253ª ZE - TATUAPÉ	Praça Santa Terezinha, 43/47	2		5															
254ª ZE - VILA MARIA	Rua Ararituaba, 936 - 938				1	1													
255ª ZE - CASA VERDE	Av. Casa Verde, 1819			1		2													
256ª ZE - TUCURUVI	Rua Maria Amália Lopes de Azevedo, 657					1													
257ª ZE - VILA PRUDENTE	Av. Paes de Barros, 3237			4															
259ª ZE - SAÚDE	Rua Itapiru, 174 -	2																	
260ª ZE - IPIRANGA	Rua Bom Pastor, 2204					6													
280ª ZE - CAPELA DO SOCORRO	Av. Atlântica, 1551					3													
320ª ZE - JABAQUARA	Av. Eng. Armando de A. Pereira, 2.917			1		2													
325ª ZE - PIRITUBA	Av. Raimundo P. de Magalhães, 4586			2		2													
326ª ZE - ERMELINO MATARAZZO	Av. Boturussu, 874			3															
327ª ZE - NOSSA SENHORA DO Ó	Av. Paula Ferreira, 60					4													
328ª e 408ª ZE - CAMPO LIMPO e JARDIM SÃO LUÍS	Rua Américo Falcão, 251 - 257			1		2													
346ª ZE - MORUMBI	Rua Ibiapaba, 422					1													
347ª ZE - VILA MATILDE	Rua Fernão Albernaz, 400					2													
348ª ZE - VILA FORMOSA	Rua Cristovão Girão, 132			2		2													
349ª ZE - JAÇANÃ	Av. Paulo Lincoln do Valle Pontin, 94			4															
350ª ZE - SAPOPEMBA	Av. Sapopemba, 6214	1		1		2													
351ª ZE - CIDADE ADEMAR	Av. Cupecê, 1147					2													
352ª ZE - ITAIM PAULISTA	Rua Monte Camberela, 342					2													



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

353ª ZE - GUAIANASES	Rua Serra do Mar, 180					3													
371ª ZE - GRAJAÚ	Rua Antônio Carlos Tacconi, 45						1												
372ª ZE - PIRAPORINHA	Rua Professor Barroso do Amaral, 32					1													
373ª ZE - CAPÃO REDONDO	Estrada de Itapeceira, 2.720					1													
374ª ZE - RIO PEQUENO	Av. Corifeu de Azevedo Marques, 1.140					3													
375ª ZE - SÃO MATEUS	Rua Elísio Ferreira, 506		4	2															
376ª ZE - BRASILÂNDIA	Rua Bonifácio Cubas, 567									2									
381ª ZE - PARELHEIROS	Av. Pedro Roschel Gottzfriz, 210				2	4													
389ª ZE - PERUS	Rua DEMIFONTE, 208					1													
390ª ZE - CANGAÍBA	Av. Cangaíba, 1.158			6															
392ª ZE - PONTE RASA	Av. São Miguel, 3906			2															
397ª ZE - JARDIM HELENA	Av. Cocá, 633			2		1													
403ª ZE - JARAGUÁ	Estrada das Taipas, 412				1	3													
404ª ZE - CIDADE TIRADENTES	Rua Álvaro da Costa, 28			2															
405ª ZE - CJ JOSÉ BONIFÁCIO	Estrada Itaquera-Guaianases, 2120			2															
413ª ZE - CURSINO	Av. DO CURSINO, 3821			1	2														
417ª ZE - PARQUE DO CARMO	Av. LIDER, 3114			2															
418ª ZE - PEDREIRA	Av. Nossa Senhora do Sabará, 4.051					2													
420ª ZE - VILA SABRINA	Av. Roland Garros, 1013						2												
421ª ZE - TEOTÔNIO VILELA	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 1815			2		3													
422ª ZE - LAUZANE PAULISTA	Av. Santa Inês, 864			3															
Quantidade de caixas por capacidade		8	4	63	6	75	5	1	1	2	3	1	1	1	4	2	2	3	2

Quantidade de imóveis = 65

Quantidade de caixas e

reservatórios = 184

Total geral aproximado em volume = 450,8 m³ ou 450.800 litros



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

APÊNDICE B

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Unidade Eleitoral: _____

- O Executor dos serviços deverá manter a limpeza e higiene do local e pessoal;
- Testar as torneiras/válvulas de descarga antes e após a limpeza;
- Cada etapa deverá ser fotografada pelo executor, que serão encaminhadas à Fiscalização acompanhadas deste Relatório de Execução de Serviço.

I. CAIXAS D'ÁGUA					
1. Tipo de caixa	Amianto <input type="checkbox"/>	Fibra <input type="checkbox"/>	Cimento <input type="checkbox"/>	Outros <input type="checkbox"/>	Obs.
2. Capacidade					Obs.
3. Quantidade					Obs.
2. Aspecto geral	Bom <input type="checkbox"/>	Moderado <input type="checkbox"/>	Ruim <input type="checkbox"/>		
3. Tampa	Perfeita <input type="checkbox"/>	Rachada <input type="checkbox"/>	Ruim <input type="checkbox"/>		
4. Boia	Regular <input type="checkbox"/>	Irregular <input type="checkbox"/>			
5. Registro-entrada	Regular <input type="checkbox"/>	Irregular <input type="checkbox"/>			
6. Registro-saída	Regular <input type="checkbox"/>	Irregular <input type="checkbox"/>			
OBSERVAÇÕES:					
II. ACESSIBILIDADE ÀS CAIXAS D'ÁGUA					
1. Localização					
2. Acesso	Fácil <input type="checkbox"/>	Moderado <input type="checkbox"/>	Difícil <input type="checkbox"/>		
3. Acesso	Pelo cartório <input type="checkbox"/>	Por imóvel vizinho <input type="checkbox"/>	Obs:		
4. Tipo do transporte vertical	Escada simples <input type="checkbox"/>	Escada/extensão <input type="checkbox"/>	Andaime <input type="checkbox"/>	Obs:	
5. E.P.I.s – Especificar:					
III. DESINFECTANTE UTILIZADO					
1. Tipo/marca:					
2. Quantidade:					
IV. TEMPO DE EXECUÇÃO					



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Data: ____/____/____		Início: _____		Término: _____	
V. DECLARAÇÃO DA NÃO EXECUÇÃO					
Motivo:					
Técnico / Contratada			Responsável da Unidade Eleitoral		



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

PROPONENTE:.....			
ENDEREÇO:.....N.º.....			
BAIRRO:.....		CIDADE.....UF.....	
FONE:.....		EMAIL	
CEP:C.N.P.J.....			
REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:			
NOME:			
C.P.F.....			
PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A CONTRATADA DURANTE A VIGÊNCIA DO AJUSTE:			
NOME:			
CPF:			
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	CONTA CORRENTE

Observações:

1) Fornecer preço à vista, final, acrescido de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, o que enseja a desclassificação.

2) Pagamento exclusivamente por ordem bancária.

LOCAIS E HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Conforme itens 4.18 a 4.210 do Anexo I (Termo de Referência) e a Apêndice A do Aviso.

GRUPO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de	13595	un	312		



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

	reservatórios e caixas d'água - até 1,500m³.					
2	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 1,501 até 3,000m³.	13595	un	14		
3	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 3,001 até 5,000m³.	13595	un	10		
4	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 5,001 até 10,000m³.	13595	un	6		
5	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 10,001 até 20,000m³.	13595	un	12		
6	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 20,001 até 30,000m³.	13595	un	14		
PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (R\$)						

PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:dias úteis (máximo de 10 dias úteis), contados da aprovação escrita da documentação contida no item 3.7 do Anexo I (Termo de Referência)...

PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS: meses (mínimo de 6 meses), contados a partir da emissão, pela Fiscalização, do Termo de Recebimento Definitivo, nas condições estabelecidas nos itens 4.7 a 4.9 do Anexo I (Termo de Referência);

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data fixada para a sessão pública deste Aviso.

..... / //2026.

Assinatura do representante

Nome legível



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº XX/2026

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI nº.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM SEDE NESTA CAPITAL, NA RUA FRANCISCA MIQUELINA N.º 123, BELA VISTA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 06.302.492/0001-56, DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO(A) PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL, COM FUNDAMENTO NO ART. 1º, I, DA PORTARIA TRE/SP Nº 313/2023 E A EMPRESA, COM SEDE NA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº, DORAVANTE DENOMINADO **CONTRATADA**, NESTE ATO REPRESENTADA POR (NOME E FUNÇÃO NA CONTRATADA), CONFORME O QUE CONSTA NO PROCESSO SEI Nº E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, REGULAMENTADA PELO DECRETO 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, DA LEI 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº XX/2026, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o procedimento de contratação antes nominado, notadamente, o previsto no Aviso de Dispensa de Licitação nº xx/2026, no Termo de Referência, na Proposta da CONTRATADA, bem como nos eventuais Anexos e Apêndices desses documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a contratação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água dos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo situados na Capital, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do Aviso, seus Apêndices e na proposta ofertada.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência entre as partes a partir de sua assinatura e vigorará até o decurso de 1 (um) ano, correspondente ao período de ____/____/____ a ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado quando não concluído no prazo firmado, na forma do artigo 111 da mesma lei.

Parágrafo 1º - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, nos termos do parágrafo 5º do art. 115 da Lei 14.133/21.

Parágrafo 2º – A execução deste contrato poderá ser suspensa temporariamente pela CONTRATANTE, no caso de falta ou insuficiência de crédito orçamentário, mediante comunicação por escrito à CONTRATADA, através do envio de mensagem eletrônica por e-mail.

Parágrafo 3º – Cessados os motivos que determinaram a suspensão prevista no parágrafo anterior, a execução será retomada pelo período de tempo restante até o termo final estabelecido no caput.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O preço que a CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA, nos termos do presente contrato, conforme o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Aviso, considerando o valor abaixo será de:

GRUPO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - até 1,500m³.	13595	un	312		
2	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 1,501 até 3,000m³.	13595	un	14		
3	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 3,001 até 5,000m³.	13595	un	10		



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

4	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 5,001 até 10,000m³.	13595	un	6		
5	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 10,001 até 20,000m³.	13595	un	12		
6	Serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água - de 20,001 até 30,000m³.	13595	un	14		
PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (R\$)						

Parágrafo 1º - O preço da contratação corresponderá ao preço global disposto no quadro acima, perfazendo o preço total de R\$ (....).

Parágrafo 2º - No preço acima estão incluídas todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos).

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O pagamento será efetuado nos termos dispostos na cláusula 6 do Termo de Referência (Anexo I) do Aviso, acompanhado da correspondente nota fiscal/fatura, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, através de crédito em nome da CONTRATADA, em instituição financeira por ela indicada.

Parágrafo 1º - O prazo de que trata o *caput* serão reduzidos à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de o valor total do contrato não ultrapassar o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo 2º – O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pela CONTRATANTE.

Parágrafo 3º - Encerrada a interrupção de que trata o parágrafo anterior, fica assegurado à CONTRATANTE o prazo estipulado no item 6.19 do Termo de Referência (Anexo I) do Aviso para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da CONTRATADA.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Parágrafo 4º - O endereço e C.N.P.J. informados no preâmbulo deste Contrato deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura. No caso de a CONTRATADA apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso serão exigidas:

- a) a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial da pessoa jurídica;
- b) avaliação técnica acerca da repercussão tributária da alteração no âmbito do contrato administrativo, ressalvados:
 - b.1) a vedação de prejuízo ou qualquer ônus financeiro adicional à CONTRATANTE;
 - b.2) a revisão contratual em favor da Administração, com redução proporcional do valor do contrato, caso a alteração implique diminuição dos custos previstos na proposta da CONTRATADA;
 - b.3) a obrigatoriedade de vinculação do C.N.P.J. ao local definido ou área geográfica delimitada pelo termo de referência para o cumprimento da obrigação pelo estabelecimento da representante.

Parágrafo 5º – A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante a RFB (Receita Federal do Brasil), a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

Parágrafo 6º – A CONTRATANTE, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a CONTRATADA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

Parágrafo 7º – As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/2012 e suas alterações, ficando a CONTRATADA responsável por informar à CONTRATANTE eventual desenquadramento do regime tributário do Simples Nacional, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo 8º - A CONTRATANTE poderá proceder à retenção, cautelar ou definitiva, do montante a pagar à CONTRATADA, dos valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, apuradas após regular processo administrativo, nos termos deste contrato.

Parágrafo 9º – No caso de atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (11/02/2026).

Parágrafo 1º - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando-se os 12 (doze) últimos índices, referentes aos meses imediatamente anteriores àquele em que o reajuste seja devido.

Parágrafo 2º - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo 3º - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo 4º - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo 5º - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo 6º - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo 7º - O reajuste será formalizado mediante Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, sem prejuízo do atendimento de todas as obrigações e orientações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Aviso, seus Apêndices e legislação vigente, obriga-se a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este contrato, o Aviso, o Termo de Referência, seus Anexos e Apêndices;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices do Aviso;
- c) Promover, por intermédio da Fiscalização Contratual, o acompanhamento e a fiscalização



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à CONTRATADA sobre eventuais ocorrências que demandem medidas corretivas;

d) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa executar os serviços de acordo com as determinações deste contrato, do Aviso, do Termo de Referência, seus Anexos e Apêndices;

e) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal atinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeitos de liquidação e pagamento, nos termos do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao serviço prestado nos prazos, formas e condições estabelecidos no presente instrumento, no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência, seus Anexos e Apêndices;

g) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato, após regular procedimento de apuração em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

h) Emitir, com as devidas razões, decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, e terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

j) Verificar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, sem prejuízo do atendimento de todas as obrigações e orientações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Aviso e legislação vigente, obriga-se a:

a) Executar fielmente o objeto do presente contrato, na mais perfeita conformidade com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução deste contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediatas providências;

b) Informar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais razões que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos neste contrato ou no Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices do Aviso, com a devida comprovação;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor deste contrato, ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Fornecer à fiscalização do contrato, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução dos serviços, bem como informar durante toda a vigência qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- e)** Responsabilizar-se pela conduta que seus empregados deverão ter durante a estadia em recinto da CONTRATANTE, que deverá ser a mínima necessária à execução dos serviços, assegurando, outrossim, que eles mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com os servidores da CONTRATANTE;
- f)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução deste contrato, não excluindo nem reduzindo tal responsabilidade a fiscalização e acompanhamento deste contrato por parte da CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- g)** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, tampouco poderá onerar o objeto contratado;
- h)** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- i)** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no procedimento de contratação;
- j)** Suspender, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k)** Indicar novo preposto, informando sua qualificação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II do Aviso), por meio de mensagem eletrônica destinada ao endereço de e-mail: seserc@tre-sp.jus.br, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;
- l)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do preceituado no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;
- m)** Observar, durante a execução do objeto, todas os normativos legais federais, estaduais e municipais pertinentes em vigor, contemplando, inclusive, as normas internas da CONTRATANTE, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- n)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- o)** Manter seus funcionários portando crachá de identificação, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e mantendo-os dentro dos parâmetros das normas disciplinares do TRE-SP, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus funcionários e a CONTRATANTE;
- p)** Obedecer às normas de segurança para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento aos seus empregados, dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- q)** Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e, ainda, por eventuais danos causados no local de execução dos serviços, aos servidores do TRE SP e a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo, arcando com a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso;
- r)** Não contratar, durante a vigência deste contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- s)** Não contratar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- t)** Proceder à assinatura eletrônica do contrato, e de eventuais aditamentos, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, gerenciado pela CONTRATANTE, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável na forma da cláusula 9 do Aviso, contados a partir da liberação do acesso;
- u)** Atender às solicitações do(a) fiscal do contrato a respeito de informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à integridade, nos termos do art. 9º, VII, da Resolução TRE/SP nº 630/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da aprovação escrita da documentação contida no item 3.7 do Anexo I (Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS SERVIÇOS



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Para o serviço realizado em cada imóvel, a CONTRATADA deverá emitir, em até 3 (três) dias úteis do término da limpeza, certificado de garantia de no mínimo 06 (seis) meses, contados a partir da emissão, pela Fiscalização, do Termo de Recebimento Definitivo.

Parágrafo único: Durante o período de garantia, constatada a necessidade de revisão ou danos causados durante as atividades de limpeza, higienização e desinfecção e não sendo evidenciados incidentes ou mau uso, a Contratada será notificada. Sem qualquer ônus à Contratante, a devida regularização deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não aplicável à presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial deste contrato;
- b) der causa à inexecução parcial deste contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total deste contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo 1º - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando a CONTRATADA praticar a conduta disposta na alínea “a” do caput desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do caput desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo caput, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.



d) Multa:

d.1) moratória diária, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, nas hipóteses de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o qual a CONTRATANTE poderá considerar como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

d.2) compensatória:

d.2.1) de 0.5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) nas seguintes hipóteses:

d.2.1.1) sobre o valor da parcela não adimplida, para a infração prevista na alínea “a” do caput desta cláusula;

d.2.1.2) sobre o valor da obrigação não cumprida, para a infração prevista na alínea “d” do caput desta cláusula, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave;

d.2.1.3) sobre o valor total do contrato, na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação de forma a inviabilizar a execução do contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

d.2.1.4) quando a CONTRATADA cometer a infração prevista na alínea “d” do caput desta cláusula que justifique a necessidade da imposição de penalidade mais grave, a faixa percentual de multa compensatória a ser considerada para cálculo da penalidade será aquela constante da alínea “d.2.2” desta cláusula.

d.2.2) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento), nas seguintes hipóteses:

d.2.2.1) sobre o valor da parcela não adimplida, para a infração prevista na alínea “b” do caput desta cláusula;

d.2.2.2) sobre o valor total deste contrato, para as infrações previstas nas alíneas “c” e “e” a “h” do caput desta cláusula e para a infração prevista na alínea “d” que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo 2º - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

Parágrafo 3º - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Parágrafo 4º - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo 5º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Parágrafo 6º - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo 7º - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo 8º - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo 9º - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo 10 - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo 11 - A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Parágrafo 12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo 13 - Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE,



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- a) O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.
- b) Se houver interesse das partes em denunciar o contrato, este deverá ocorrer com antecedência mínima de 90 (noventa) e máxima de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do dia anterior à data fixada para o término do contrato, sendo que a denúncia por parte da CONTRATADA será formalizada por Ofício, assinado pelo representante legal, encaminhado por meio de mensagem eletrônica para o endereço segcs@tre-sp.jus.br, ou por outro meio hábil, e, por parte da CONTRATANTE, por ofício numerado, assinado pela autoridade competente.
- c) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - c.1) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- d) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- e) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - f) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - f.1) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - f.2) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - f.3) Indenizações e multas.
 - g) A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo 1º - Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Parágrafo 2º - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais unilateralmente impostas pela Administração ou por acordo entre as partes reger-se-ão pelos artigos 124 e seguintes do capítulo VII da Lei n.º 14.133/2021, no que for aplicável à prestação de serviços objeto deste contrato.

Parágrafo 1º - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo 2º - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

As partes obrigam-se a cumprir os princípios e disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018), bem como as demais normas correlatas, para assegurar a privacidade, a intimidade, a honra, a imagem, a inviolabilidade, a integridade, a confidencialidade, a não divulgação e a preservação dos arquivos e banco de informações em relação aos dados pessoais e/ou sensíveis a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações obtidas e/ou repassadas em decorrência da execução contratual.

Parágrafo 1º - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo 2º - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação, cabendo a este TRE-SP a adoção das providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo 3º - As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal ou contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DO ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO

A CONTRATANTE coibirá situações associadas a Assédio Moral, Sexual ou Discriminação conforme Resolução n.º 351/2020 CNJ, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por superior hierárquico no relacionamento entre seus servidores e a contratada.

Parágrafo único - Caberá ao Gestor e Fiscal do contrato administrativo averiguar questões relativas a assédio moral, sexual ou condutas de discriminação nas relações de trabalho e tomar as medidas necessárias para coibi-lo dentro de suas competências.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, por meio do Sistema



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Eletrônico de Informações do TRE-SP, no processo administrativo SEI nº _____. Foram testemunhas os Senhores(as) _____ e _____, brasileiros(as), residentes nesta Capital. E, para constar e produzir os efeitos legais, eu, _____, Chefe da Seção de Gestão de Contratos de Locação e Aquisição, lavrei aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e seis, no livro próprio (n.º _____), o presente contrato que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes e testemunhas. E eu, _____, Coordenador de Contratos, o conferi.

Pela **CONTRATANTE**.

Pela **CONTRATADA**.

Testemunha.

Testemunha.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

ANEXO IV

INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE/SP n. 1, de 31 de maio de 2019

(versão resumida)

Estabelece os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria TRE-SP nº 170/2019, que instituiu o SEI- Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,

RESOLVE:

(...)

Seção III

Dos usuários externos

Art. 15. O credenciamento de usuários(as) externos(as) no SEI TRE-SP é realizado por meio de formulário próprio, disponível no sítio eletrônico deste Tribunal, em página específica, e se destina a pessoas naturais que, em nome próprio ou como representantes legais de pessoas naturais e jurídicas, participem em processos administrativos junto ao TRE-SP para: [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

- I. acompanhar a tramitação dos processos de seu interesse e visualizar seu conteúdo, parcial ou integral, por prazo determinado, se for o caso, mediante disponibilização da unidade responsável pela informação; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. receber comunicações, notificações e intimações relativas aos processos em que figure como parte ou interessado(a); [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)
- III. assinar contratos, atas de registro de preços, convênios, termos, acordos e outros instrumentos celebrados com o TRE-SP; [\(Redação dada pela IN 01/2023\)](#)
- IV. peticionar eletronicamente. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

§ 1º Magistrados(as), servidores(as) ativos(as), exceto os(as) removidos(as), estagiários(as) e colaboradores(as) não poderão se cadastrar como usuários(as) externos. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º O credenciamento de usuário(a) externo(a) é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir de solicitação efetuada no sítio eletrônico do TRE-SP, seguida de envio da documentação exigida, nos termos do art. 16. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 3º É vedado ao(à) usuário(a) externo(a) cadastrar-se mais de uma vez no sistema. Em caso de necessidade de alteração de dados, o usuário externo deverá atualizar o seu cadastro, por meio de requerimento próprio enviado pelo sistema de peticionamento eletrônico ou, se for o caso, entregue no Protocolo Geral ou nas unidades cartorárias. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 4º O credenciamento está condicionado à aceitação dos termos e condições previstas nesta e nas demais normas aplicáveis ao processo eletrônico, em especial, o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e tem como consequência a responsabilidade do usuário pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais são passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 5º A autorização do credenciamento de usuário(a) externo(a) e a consequente liberação dos serviços disponíveis no SEI TRE-SP dependem de prévia aprovação da unidade gestora do processo de interesse do(a) solicitante. [\(Redação dada pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 6º A autorização para o credenciamento de usuário(a) externo(a) poderá ser indeferida no caso de não apresentação de documentação obrigatória ou complementar. [\(Redação dada pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 7º O descredenciamento de usuário(a) externo (a) dar-se-á: [\(Redação dada pela IN nº 01/2023\)](#)

I. por solicitação expressa do(a) usuário(a) ou do órgão ou entidade por ele(ela) representado(a) [\(Redação dada pela IN nº 01/2023\)](#)

II. em razão do descumprimento das normas que disciplinam o SEI TRE-SP;

III. a critério da Administração, mediante ato motivado.

§ 8º As unidades gestoras deverão informar aos(às) usuários(as) externos(as) quanto ao prazo para cumprimento dos atos mencionados no inciso III do *caput*. [\(Redação dada pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 16. Além do cadastro no sítio eletrônico do TRE-SP, o credenciamento exigirá a apresentação dos seguintes documentos:

I. No caso de credenciamento de pessoa física:

a) Termo de Declaração de Concorrência e Veracidade, conforme modelo do Anexo I desta Instrução Normativa;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- b) Documento de identificação pessoal com foto;
 - c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - d) Comprovante de endereço.
- II. No caso de credenciamento de pessoa jurídica:
- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, conforme modelo do Anexo I desta Instrução Normativa;
 - b) Documento de identificação pessoal e CPF do representante legal;
 - c) Ato constitutivo e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados;
 - d) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado, eprocuração, se for o caso;
 - e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
 - f) Comprovante de endereço.

§1º Os documentos de que tratam os incisos I e II do ‘caput’ deste artigo deverão ser digitalizados e enviados para a Seção de Protocolo Administrativo e Expedição - SEPAE, para o e-mail cadastrosei@tre-sp.jus.br, ou diretamente para o endereço eletrônico da unidade cartorária, indicando-se os motivos que ensejam a solicitação de cadastro no sistema. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 2º A documentação poderá ser apresentada diretamente à unidade gestora do processo de interesse do solicitante, por solicitação desta, que será responsável pela criação do processo de “Cadastro de usuário externo”. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 3º Para efetivação do cadastro, o Tribunal ou unidade cartorária poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação do documento original ou de documentação complementar, fixando prazo para cumprimento. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 4º A apresentação dos documentos referidos neste artigo poderá ser dispensada mediante procedimento que assegure a inequívoca identificação do interessado quando se tratar de cadastro de: [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

- I. representante de empresa vencedora de certame licitatório ou contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação, tendo em vista a documentação apresentada à unidade responsável pelo processo de contratação; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. representante dos órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, do Ministério Público, de partidos políticos, agentes públicos ou representantes de outras



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

entidades que firmarem convênio com o Tribunal, devido ao registro dos documentos de identificação junto ao respectivo órgão, desde que, no credenciamento, informem conta de e-mail institucional; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

- III. servidor(a) removido(a), inativo(a) ou pensionista do TRE-SP, devido ao registro dos documentos de identificação junto ao órgão. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 17. São de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

- I. o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não sendo, em nenhuma hipótese, admitida qualquer alegação de uso indevido ou por terceiros;
- II. a equivalência entre os dados informados para o envio do documento e os constantes do documento protocolado;
- III. a estrutura tecnológica necessária às transações eletrônicas, incluindo o acesso a provedor de internet e a disponibilidade de equipamento com configuração adequada;
- IV. manter sempre atualizado o endereço de e-mail fornecido para cadastro de usuário(a) externo(a), bem como assegurar a viabilidade de recebimento de mensagens eletrônicas; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)
- V. a consulta diária ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI TRE-SP, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;
- VI. a atualização de seus dados cadastrais no SEI TRE-SP, sempre que necessário;
- VII. o cumprimento dos prazos estabelecidos para a prática dos atos no SEI TRE-SP, especialmente quanto à assinatura dos documentos;
- VIII. a comunicação imediata ao Tribunal no caso de quebra de sigilo da senha ou de acesso indevido ao e-mail cadastrado, para imediato bloqueio da senha; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- IX. a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontre o usuário externo; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- X. a observância dos períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do SEI; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XI. a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento enviado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- XII. a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere às extensões e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XIII. a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, conforme os prazos estabelecidos no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos Documentos Administrativos do Tribunal e na legislação pertinente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XIV. a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XV. a realização, preferencialmente por meio do sistema de peticionamento eletrônico, de todos os atos e comunicações processuais entre o Tribunal, o usuário ou a entidade porventura representada exceto quando houver inviabilidade ou indisponibilidade do sistema; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XVI. a observância dos relatórios de indisponibilidade previstos no § 1º do art. 40 desta Instrução Normativa. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 1º A não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI TRE-SP, ou eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações ou inobservância de prazos processuais. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º As pessoas jurídicas ficam obrigadas a solicitar a inativação de usuários(as) externos(as) que não pertençam mais aos seus quadros, sob pena de responsabilização pelo uso indevido do sistema. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 18. Após a realização do cadastro de usuário(a) externo(a) no sítio eletrônico e o recebimento dos documentos pertinentes, o requerimento será apreciado em até 5 (cinco) dias úteis, ao final do qual será liberado o acesso ou informada eventual pendência na documentação. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Parágrafo único. A aprovação do requerimento, assim como eventual pedido de documentação complementar, serão comunicados exclusivamente por meio do endereço eletrônico informado no cadastramento.

Art. 19. A liberação do credenciamento de usuários(as) externos(as) deverá ser autorizada formalmente pela unidade gestora do processo de interesse do solicitante, via processo SEI TRE-SP, com o tipo “Cadastro de usuário(a) externo(a) – SEI”, que deverá ser enviado à Seção de Monitoramento e Produção – SEMPRO acompanhado de todos os documentos analisados e da decisão. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 1º O processo de “Cadastro de usuário(a) externo(a) – SEI” poderá ser relacionado aos processos em que o(a) usuário(a) externo(a) seja parte ou interessado(a). [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

§ 2º O descredenciamento de usuários(as) externos(as) ocorrerá apenas nas hipóteses previstas no § 7º do art. 15 e deverá ser formalizado pela unidade gestora do processo de interesse do(a) solicitante, de preferência, no mesmo processo de seu cadastro, o qual será enviado à Seção de Monitoramento e Produção – SEMPRO. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 19-A. O acesso de usuário(a) externo(a) ao SEI TRE-SP é feito por meio do sítio eletrônico do Tribunal na Internet. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Parágrafo único. O login e a senha utilizados para acessar o SEI são gerados pelo(a) próprio(a)

usuário(a) externo(a), no momento de seu credenciamento. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Subseção I

Do Peticionamento Eletrônico

Art.19-B. O(A) usuário(a) externo(a) deverá observar as orientações fornecidas pela unidade gestora do processo de seu interesse para o(a) peticionamento(a) eletrônico, que serão disponibilizadas no sítio eletrônico deste Tribunal ou por outro meio eletrônico, a critério da Administração. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 1º As petições eletrônicas deverão conter elementos descritivos mínimos, a fim de permitir seu correto tratamento e destinação, tais como: [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

- I. nome da pessoa natural ou jurídica a que se refere; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. número do processo SEI TRE-SP de referência, se houver. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º Na hipótese de descumprimento da regra do § 1º, o usuário externo será intimado eletronicamente para suprir a irregularidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de, a critério da Administração, arquivar a petição. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Art. 19-C. Não há protocolo integrado na circunscrição eleitoral do Estado, devendo as petições eletrônicas serem enviadas diretamente à unidade cartorária a que se destinam ou à Secretaria. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 19-D. O peticionamento eletrônico será registrado automaticamente pelo SEI TRE-SP, o qual fornecerá recibo eletrônico de protocolo contendo os seguintes dados: [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

- I. número do processo correspondente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. lista dos documentos enviados com seus respectivos números de protocolo; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- III. data e horário do recebimento da petição; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- IV. identificação do(a) signatário(a) da petição. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

01/2023)

Art. 19-E. Os documentos digitalizados encaminhados por usuários(as) externos(as) por meio de peticionamento eletrônico terão valor de cópia simples. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Parágrafo único. O teor e a integridade dos documentos enviados na forma do 'caput' são de responsabilidade do(a) usuário(a) externo(a), o qual responderá por eventuais adulterações ou fraudes nos termos da legislação civil, penal e administrativa. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 19-F. Impugnada a integridade do documento digitalizado, mediante alegação motivada e fundamentada de adulteração, deverá ser instaurada diligência para a verificação do documento objeto de controvérsia. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Art. 19-G. O Tribunal ou unidade cartorária poderá exigir, a seu critério, até que decaia seu direito de rever os atos praticados no processo, a exibição, no prazo que estipular, do original em papel de documento digitalizado no Tribunal ou unidade cartorária ou enviado por usuário externo por meio de peticionamento eletrônico. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Art. 19-H. Os documentos originais em suporte físico, cuja digitalização seja tecnicamente inviável, deverão ser apresentados fisicamente à Seção de Protocolo Administrativo e Expedição – SEPAE ou unidade cartorária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do envio da petição eletrônica que deveria encaminhá-los, independentemente de manifestação do Tribunal ou unidade cartorária. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Parágrafo único. Os documentos nato-digitais em formato e tamanho incompatíveis poderão ser apresentados à Seção de Protocolo Administrativo e Expedição – SEPAE ou unidade cartorária, acompanhado de requerimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do envio da petição eletrônica que deveria encaminhá-los, independentemente de manifestação do Tribunal. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 19-I. Fica vedado o peticionamento eletrônico via SEI TRE-SP ao Núcleo de Informação ao Cidadão - NIC e à Ouvidoria, devendo as petições e solicitações a estas unidades serem realizadas por formulários e sistemas próprios. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Art. 19-J. O peticionamento eletrônico do SEI TRE-SP não se destina à apresentação de peças processuais e documentos a serem juntados em feitos judiciais físicos ou eletrônicos em trâmite em qualquer instância da Justiça Eleitoral do Estado, salvo disposição expressa em contrário. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Parágrafo único. A inobservância da regra estabelecida no 'caput' implicará no imediato arquivamento da petição eletrônica, sem devolução do respectivo prazo processual. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Subseção II

Dos Prazos e Comunicações Eletrônicas



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Art. 19-K. Para todos os efeitos, os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI TRE-SP. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, tendo sempre por referência o horário oficial de Brasília. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º Para efeitos de contagem de prazo, não serão considerados os feriados estaduais, municipais ou distritais, bem como os dias em que não houver expediente na Secretaria ou unidades cartorárias, conforme o caso. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Art. 19-L. As intimações aos(às) usuários(as) externos(as) cadastrados(as) na forma desta instrução normativa ou de pessoa jurídica por eles representada serão feitas por meio eletrônico e consideradas pessoais para todos os efeitos legais. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o(a) usuário(a) externo(a) efetivar a consulta eletrônica ao documento correspondente, sendo tal fato certificado automaticamente pelo sistema. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 2º A consulta referida no § 1º deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados do envio da intimação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 3º Na hipótese do § 1º, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, e na hipótese do § 2º, nos casos em que o prazo terminar em dia não útil, considerar-se-á a intimação realizada no primeiro dia útil seguinte. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual, nos termos do § 2º. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 5º As intimações que viabilizem o acesso à íntegra do processo serão consideradas vista pessoal do(a) interessado(a) para todos os efeitos legais. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 6º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, esta poderá ser praticada por outros meios, com posterior registro no sistema. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

CAPÍTULO IV

DAS ASSINATURAS

Art. 20. Os documentos produzidos no SEI TRE-SP tem garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de assinatura digital ou eletrônica.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Art. 21. O registro da assinatura será admitido sob as seguintes modalidades:

I. Para usuários(as) internos(as): assinatura digital ou assinatura eletrônica. [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

II. Para usuários(as) externos(as): exclusivamente a assinatura eletrônica. [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 22. Na impossibilidade da assinatura digital ou eletrônica, o documento poderá ser impresso, assinado manualmente, digitalizado e juntado ao SEI TRE-SP com a devida autenticação administrativa.

Art. 23. Tanto a assinatura digital quanto a assinatura eletrônica são pessoais e intransferíveis, sendo o(a) usuário(a) exclusivo(a) responsável por sua guarda, conservação e não fornecimento a terceiros(as). [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 24. Os editais de licitação, os contratos administrativos e os instrumentos congêneres deverão conter cláusula que estabeleça o uso preferencial da plataforma SEI TRE-SP para a assinatura eletrônica dos(as) usuários(as) externos(as) cadastrados(as), conforme o disposto nesta Instrução Normativa. [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

Art. 25. A prática de atos assinados eletronicamente importa na aceitação das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa e na responsabilidade pelo sigilo e uso indevido das assinaturas digital e eletrônica.

Este texto não substitui o publicado no DJE.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

ANEXO I da IN TRE/SP nº 01/2019

Termo de concordância e veracidade (para usuários externos)

Nome Completo:			
Nº Docto de Identidade:		CPF:	
E-mail:		Telefone:	()
Endereço de Domicílio:		Bairro:	
Estado (UF):		Cidade:	
		CEP:	

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do TRE-SP e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Portaria TRE-SP 170/2019, Instrução Normativa TRE-SP 01/2019, Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (*login/senha*), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

O usuário declara que os dados informados, inclusive do domicílio, são verdadeiros e que são de sua exclusiva responsabilidade:

a) o sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido ou por terceiros, bem como a imediata comunicação ao Tribunal sobre sua perda ou quebra de sigilo;

b) manter sempre atualizado o endereço de "e-mail" fornecido para cadastro de usuário externo, bem como assegurar a viabilidade de recebimento de mensagens eletrônicas";

c) a consulta diária ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI TRE-SP, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;

d) a atualização de seus dados cadastrais no SEI TRE-SP, sempre que necessário;

e) o cumprimento dos prazos estabelecidos para a prática dos atos no SEI TRE-SP;

f) a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de petição e aqueles contidos no documento enviado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;

g) a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;

h) a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

i) a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontra o usuário externo;

j) a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao TRE-SP para qualquer tipo de conferência;

k) a observância dos períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema;

l) as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do equipamento utilizado nas transmissões eletrônicas.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Usuário

Para agilizar o trâmite da autorização de acesso, o usuário deve indicar o ASSUNTO E/OU o NÚMERO do processo de interesse e sua Justificativa:

Número:

Assunto:

Justificativa:



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

ANEXO V

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES AO PROCESSO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SEI

1. Será necessário acessar o link:
<http://www.tre-sp.ius.br/o-tre/sistemas/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>),
2. Clicar sobre a aba “Acesso Rápido”
3. E no link "[SEI - para Usuário Externo \(Para cadastrar-se ou acessar o sistema\)](#)".



4. Caso ainda não seja cadastrado, realizar o cadastro clicando em “Clique aqui se você não está cadastrado”





Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

5. Após, “**clique aqui para continuar**”.

6. Realizar o cadastro e clicar em “ENVIAR”.

7. Após o cadastro, você receberá e-mail automático de confirmação. **IGNORE O E-MAIL AUTOMÁTICO** recebido após o cadastro e continue seguindo as orientações deste anexo.

8. Para finalizar o cadastro, será necessário o envio dos documentos listados abaixo para o e-

mail: secrp@tre-sp.jus.br, no caso de Ata de Registro de Preços

segcs@tre-sp.jus.br, no caso de Contratos de Serviços continuados e Obras

segct@tre-sp.jus.br, no caso de Contratos Terceirizados segcl@tre-sp.jus.br, no caso de Contratos de Locação e Aquisição

Para credenciamento de pessoa física:

- Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, o qual será enviado para preenchimento e assinatura;
- Documento de identificação pessoal com foto;



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF e

d) Comprovante de endereço.

Para credenciamento de pessoa jurídica:

a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, o qual será enviado para preenchimento e assinatura;

b) Documento de identidade e CPF do representante legal;

c) Ato constitutivo e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados;

d) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado, ou procuração;

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ e

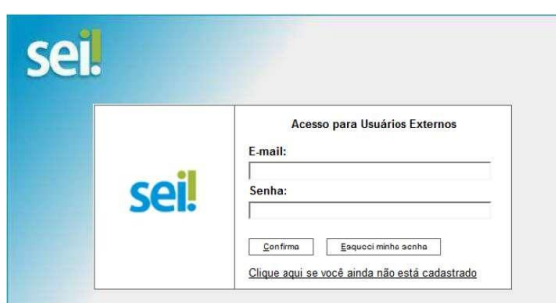
f) Comprovante de endereço.

Estando em conformidade os documentos, o acesso ao SEI será liberado para assinatura.

Observação: O comprovante de endereço deve ser recente, com data de até 3 meses, e, o endereço cadastrado no Sistema SEI deverá ser o mesmo constante do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade e do comprovante de endereço apresentado em nome do representante legal.

Do Processo de Assinatura:

9. Após efetuar o login, o usuário externo poderá visualizar os documentos liberados para assinatura nos processos administrativos,



10. O usuário externo deverá então abrir o documento a ser assinado, clicando sob o seu número, e realizar a conferência das informações constantes.



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

seil SEI - Homologação

Menu


Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Controle de Acessos Externos

Lista de Acessos Externos (4 registros):

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Validade	Ações
19 0 000000004-0	0000643	Ofício	02/05/2019		

11. Após a conferência das informações, na coluna “Ações”, o ícone  indica a disponibilização de assinatura eletrônica do referido documento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

seil SEI - Homologação

Menu

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Controle de Acessos Externos

Lista de Acessos Externos (4 registros):

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Validade	Ações
19 0 000000004-0	0000643	Ofício	02/05/2019		

12. Ao clicar no ícone da caneta, será exibida a tela para assinatura do documento, que deverá ser preenchida com o usuário externo e a senha cadastrada, após, deverá ser clicado no botão “ASSINAR”.

SEI - Assinatura de Documento - Mozilla Firefox

https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=login

Assinatura de Documento

Usuário Externo:

marvin@gmail.com

Senha



Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº xx/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO

A empresa _____ (Razão Social), inscrita no CNPJ n. _____, **DECLARA**, para os devidos fins e sob os ditames da lei que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18 de 13/9/2024 e não foi condenada, nem seus dirigentes, por infringência às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal; do Decreto nº 5.017/04 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho nºs 29 e 105.

(Informar Local), ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal